



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 010/2012
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7 Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, às 09h e 40min (nove horas e
8 quarenta minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a
9 tricentésima trigésima nona reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os
10 conselheiros, Pedro Luis da Silva Vargas, como Presidente e Fátima Regina Carlos Saikoski como
11 Secretária. Estiveram presentes os conselheiros titulares: Adelto Rohr, Alexandre da Fontoura
12 Dionello, Alexandre Salgado Marder, Eduardo Kreuzer, Eros Miguel Sadowoy Martins, Francisco
13 José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Marilena Ruschel da Cunha, Maris Regina
14 Vieira Honaiser, Marisa Ney Santos de Pinho, Pedro Luis Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti,
15 Sérgio Luiz Brum, Sueli de Fátima Mousquer e os conselheiros suplentes: João Carlos Carpes da
16 Silva, Silvia Helena Tremarin Seelig, Luiz Carlos da Encarnação Pinto, José Marcelino Heck, Jorge
17 Luis Loss e Manuel Roberto Escobar. Justificou ausência o conselheiro: Alexandre Dias Abreu.
18 Aberta a sessão, o Presidente solicitou a leitura da Ata da sessão anterior e em seguida colocou-a
19 em discussão. O conselheiro Alexandre Marder discordou de alguns pontos onde consta sua fala e
20 solicitou um prazo para fazer as devidas correções, os conselheiros Brum e Manuel também farão
21 correções, foi consenso de todos que após as correções a Ata será novamente lida ao colegiado para
22 posterior apreciação. Logo a seguir foi disponibilizado espaço aos conselheiros para apresentação
23 de informes. O Presidente apresentou os seguintes informes: 1- a Secretaria deste Conselho recebeu
24 do conselheiro Pedro Martins, por e-mail, cópia da PEC-70 a qual foi reenviada a todos os
25 conselheiros; 2- Foi encaminhado memorando ao GDG-PREVIMPA com a indicação das
26 conselheiras Marisa Ney de Santos Pinho e Fátima Regina Carlos Saikoski para providências em
27 relação à participação no X SEMINÁRIO SUL BRASILEIRO DE PREVIDENCIA PÚBLICA e
28 solicitou ao RH-PREVIMPA a possibilidade de outra vaga para oportunizar a participação da
29 conselheira Sueli de Fátima Mousquer e sendo oportunizado, de imediato foi encaminhado
30 memorando ao GDG para providências. 3- Dá ciência da publicação no DOPA do dia 17/04/2012 –
31 edição 4241 da designação dos conselheiros Gilmar e Sueli na condição de titular e suplente,
32 respectivamente, representantes do Conselho de Administração, para constituírem Comissão
33 Eleitoral encarregada de coordenar e realizar a eleição dos membros dos Conselhos de
34 Administração e Fiscal do PREVIMPA para o biênio 2012/2014. 4- Informa que há dois Projetos de
35 Lei (nºs 3984 e 3699) tramitando na CMPA acerca do PREVIMPA, os quais tratam da reforma
36 administrativa do Departamento e que ambos ainda não foram votados e constam como arquivados.
37 5- Por fim, diz que em atendimento à demanda da reunião anterior foi encaminhado ofício ao
38 Secretário da Fazenda, Sr. Roberto da Luz Bertoncini, dia 19/04/2012 solicitando cópia do processo
39 nº 001.032823.09.6.0000 – Assunto: Doação de Imóvel, sendo que a referida cópia foi recebida pela
40 Secretaria deste Colegiado dia 24/04/2012. A conselheira Maris solicita que a cópia do processo
41 seja encaminhada por e-mail a todos os conselheiros, sendo consensuado que a cópia será scaneada
42 e remetida a todos. A conselheira Fátima sugere que uma cópia fique com o conselheiro Eros que é
43 o representante deste Colegiado junto ao grupo de trabalho e que outra cópia fique com a Secretaria
44 a disposição dos conselheiros interessados. Na sequência, passou-se ao primeiro item da ordem do
45 dia. O conselheiro Gilmar leu o parecer nº 005/2012 referente ao processo 009.004490.10.0 –
46 Banrisul Corretora, elaborado por ele em conjunto com os conselheiros Alexandre da Fontoura
47 Dionello e Jorge Luis Loss. O parecer teve a seguinte conclusão: “manifestação favorável à

48 *celebração do Termo Aditivo, ao contrato com o Banrisul, cuja contratação deu-se por*
49 *inexigibilidade de licitação”. Após a leitura do parecer o conselheiro Gilmar sugeriu que fosse*
50 *chamado a esta sessão um servidor da Unidade Financeira para esclarecer como o Departamento*
51 *está operando com o Banrisul. A sugestão foi acolhida e de imediato a Secretária do Conselho*
52 *providenciou o convite. O servidor Carlos Fabretti, prontamente compareceu ao Colegiado e fez um*
53 *breve relato de como funciona a Mesa de Operações com o Banrisul Corretora: “Os servidores*
54 *encarregados pelos Investimentos do PREVIMPA passam as ordens de compra e/ou venda em*
55 *bolsa de valores pela Internet e à medida que os preços se casam com as ofertas do mercado as*
56 *transações acontecem. Não podemos aplicar em qualquer produto da bolsa de valores, devemos*
57 *seguir a Resolução 3922/2012. Hoje o PREVIMPA está operando em BOVA-11 (Fundo de Índices),*
58 *realizamos compra em pequenas quantidades e também fazemos o day-trade (compra e venda no*
59 *mesmo dia), o valor investido neste segmento foi oriundo de um resgate feito em um Fundo de*
60 *Renda Variável junto ao Banco do Brasil que estava com baixa rentabilidade e mais o ingresso de*
61 *receitas do mês de março/2012. Hoje a bolsa está em torno de 62.000 pontos, quando começamos a*
62 *operar em BOVA-11 a bolsa estava em torno de 64.000 pontos, as operações são realizadas a*
63 *medida que a situação é favorável e dentro dos parâmetros permitidos pela Resolução”. O*
64 *Presidente questiona ao servidor convidado quanto tem aplicado hoje neste segmento. Carlos*
65 *Fabretti responde que é em torno de 2,5% do patrimônio. O conselheiro Loss questiona qual o grau*
66 *de risco, sendo respondido pelo servidor que é o mesmo da renda variável. O Presidente questiona a*
67 *Carlos Fabretti se é só o Banrisul que pode oferecer esta ferramenta. O servidor responde que na*
68 *época da licitação era só o Banrisul que oferecia este serviço. O conselheiro Gilmar corrobora*
69 *informando que no processo há um questionamento feito pelo ex-diretor financeiro Sr. Manuel*
70 *Escobar a todos os bancos públicos, sendo que a CEF e o BB responderam dizendo que até aquele*
71 *momento não havia disponibilidade deste serviço. O conselheiro Luiz Carlos diz que o contrato em*
72 *questão está dentro de seu período de vigência e quando do término deste deverá ser feita nova*
73 *licitação. O conselheiro Loss diz que percebeu que o Termo Aditivo não foi de iniciativa do*
74 *Banrisul e sim da própria BOVESPA, assim acredita que cada vez que a BOVESPA sofrer*
75 *alterações o Banrisul emitirá novos Termos Aditivos para adequação, e entendeu ainda que o*
76 *Banrisul é só um intermediário sendo o risco todo do Departamento, ressalta que a instrução nº*
77 *505/2011 (instrução que estabelece normas e procedimentos a serem observadas nas operações*
78 *realizadas com valores mobiliários) publicada em setembro de 2011 somente passou a vigorar em*
79 *02/04/2012. Após as explicações, o Presidente agradece a visita do servidor Carlos Fabretti e coloca*
80 *em votação o parecer nº 005/2012 referente ao processo nº 009.003929.11.6 o qual foi aprovado por*
81 *unanimidade. Passando ao último ponto de pauta este Colegiado recebe a visita da Diretora*
82 *Previdenciária do PREVIMPA Luciana Eidt. Inicialmente o Presidente em nome do Colegiado*
83 *agradece a visita da Diretora, passando-lhe a palavra. A conselheira Fátima sugere que a Diretora*
84 *faça uma breve apresentação para que após o Colegiado faça os questionamentos que acharem*
85 *pertinentes. Primeiramente a Diretora Luciana Eidt, agradece a oportunidade e faz um breve relato.*
86 *“A direção previdenciária é composta por quatro unidades: UVTR – Unidade de Vantagens e*
87 *Apuração de Tempo de Contribuição; UCRP – Unidade de Concessão e Revisão de Pensões;*
88 *UCRA – Unidade de Concessão e Revisão de Aposentadoria e a UCFI – Unidade de Compensação*
89 *Financeira. Em breve, também fará parte da DVP a UMPR – Unidade Médico Pericial*
90 *Previdenciária, que está em fase de implantação. Desde 2010, trabalha-se para agilizar o*
91 *andamento dos processos de aposentadorias, visando diminuir o tempo médio de concessão do*
92 *benefício. Em 2011 ainda havia algumas dificuldades pontuais quanto a devolução dos processos*
93 *instruídos pela origem, sendo que foram realizadas reuniões com órgãos específicos para dirimir*
94 *as dúvidas existentes. A grande maioria dos procedimentos de análise, como a contagem de tempo*
95 *para incorporação, realização de cálculos de médias, são manuais e com o auxílio do Excel, e*
96 *espera-se que com o Módulo Previdenciário do Sistema ERGON a análise passe a ser facilitada.*
97 *Estamos trabalhando com a SMED para que os períodos de regência de classe sejam lançados no*

98 sistema ERGON, para que o sistema possa emitir a Certidão de Regência e para que o professor
99 ao comparecer na Central de Atendimento possa ter sua previsão de aposentadoria com mais
100 precisão. No ano passado, houve demanda do Tribunal de Contas para que as informações dos
101 processos de aposentadoria fossem repassadas de forma eletrônica por meio do Sistema – SAPIEM
102 (Sistema de Pensões e Inativações da Esfera Municipal), o que demandou um trabalho da
103 PROCEMPA e de adequação do Módulo Previdenciário. Como histórico, informa que em 2009
104 foram concedidas 309 aposentadorias com um tempo médio de 165 dias; em 2010 foram 560
105 aposentadorias e tempo médio de 157 dias; em 2011 foram 647 aposentadorias e tempo médio de
106 110 dias; até março de 2012 foram 110 aposentadorias com tempo médio de 107 dias. Dentro do
107 tempo médio de 2011, 12% das aposentadorias foram concedidas em menos de 60 dias e neste ano
108 22% foram em menos de 60 dias”. Após o breve relato da Diretora foi aberto espaço em bloco para
109 questionamento. O conselheiro Marcelino questiona em relação ao total de aposentadorias qual o
110 impacto que tem a aposentadoria por invalidez. O conselheiro Brum inicialmente parabeniza a
111 Diretora e diz que aposentadoria é algo que pode ser previsto e questiona se o Departamento está
112 fazendo alguma ação com o intuito de agilizar a tramitação dos processos nas Secretarias;
113 questiona ainda se o SAPIEM é um sistema próprio do Tribunal de Contas, sendo este último
114 questionamento respondido que sim. A conselheira Marisa parabeniza a Diretora e a questiona
115 acerca de uma pergunta que lhe foi feita por uma juíza de Canoas quanto à forma que o
116 Departamento realizará as revisões dos pensionistas para atendimento a EC-70. A Diretora iniciou
117 respondendo ao questionamento da conselheira Marisa, “os processos serão revisados
118 administrativamente não sendo necessário o requerimento do beneficiário. Quanto ao
119 questionamento do conselheiro Marcelino diz que em 2011 ocorreram 95 aposentadorias por
120 invalidez e em 2012 ocorreram 18 e referente ao período de 2004 a 2012 serão 718 aposentadorias
121 por invalidez revisadas até 30/09/2012, conforme prazo previsto na EC 70/2012; respondendo a
122 questão da previsão colocada pelo conselheiro Brum, argumenta que o principal problema foi a
123 migração do sistema REF e GENIUS para o ERGON e até hoje ainda são feitas correções, salienta
124 que o servidor ao ingressar com processo de pedido de aposentadoria, o primeiro passo é
125 encaminhar o processo a origem para confirmação dos dados funcionais do Sistema ERGON,
126 sendo esta rotina normalmente rápida”. O presidente questiona quanto à averbação do tempo de
127 contribuição relativo ao trabalho em outros órgão públicos, se em função das novas regras, os
128 servidores deverão buscar uma nova certidão junto aos respectivos órgãos, “sendo respondido que
129 não são todos, é verificado caso a caso, uma das situações são daqueles servidores públicos que
130 eram celetistas em órgãos públicos e tem certidão de tempo de serviço emitido pelo ente público
131 devendo ser trocada por certidão de tempo de contribuição do Regime Geral. Quanto ao algoritmo
132 sugerido pelo conselheiro Brum, a Diretora diz que para realização de diversos cálculos são
133 utilizadas planilhas Excel, porém os dados como data de nascimento, tempos de vantagens, valores
134 de contribuições são lançados manualmente, necessitando muita atenção na conferência evitando
135 erros de digitação, o que deverá ser sanado com o Módulo Previdenciário, pois os dados já estarão
136 lançados”. O conselheiro Brum sugere que seja implantado sistema work-flow (processos
137 digitalizados). “A Diretora responde que a PMPA está implantando o SEI (Sistema Eletrônico de
138 Informações) e a SMA está realizando um projeto piloto – e que a ASSEPLA – PREVIMPA está
139 acompanhando este Projeto para futuramente ser implantado no Departamento e que o processo de
140 aposentadoria deverá estar no Sistema”. O conselheiro Loss questiona quais providências o
141 Departamento está adotando em relação à transferência da Biometria para o PREVIMPA e da
142 aposentadoria especial. O conselheiro Marcelino questiona se na certidão conter tempo de serviço
143 deve ser trocada por tempo de contribuição, diz que como trabalha no DMAE procura adiantar o
144 que é necessário para o servidor agilizar seu processo de aposentadoria e que já solicitou ao
145 PREVIMPA relação dos servidores que estão próximos ao tempo de solicitar aposentadoria. O
146 conselheiro Brum diz que saiu uma legislação incluindo mais duas letras na progressão e pergunta
147 se a correção será automática ou dependerá de requerimento do servidor. “A Diretora responde que

148 a Lei publicada dia 04/04/12 alterou o plano de carreira incluindo as letras “E” e “F” e para os
149 servidores aposentados com paridade e que em atividade tinham 09 anos de serviço na letra “D”
150 passam para a “E” e 18 anos passam para a letra “F”, responde que todos os processos serão
151 revisados ex-officio, e que as equipes estão se organizando ao máximo para que todas as revisões
152 sejam feitas no menor prazo. Ressalta que os processos são revisados individualmente e que todos
153 devem ser encaminhados ao Tribunal de Contas para o registro da revisão”. O conselheiro
154 Marcelino diz que os cursos de preparação para aposentadoria abrangem os servidores que tem
155 tempo inferior a cinco anos para se aposentarem, salienta que neste curso os servidores poderão ser
156 informados do que é necessário para que o processo de aposentadoria não tenha problemas.
157 “Respondendo ao questionamento do conselheiro Loss, a Diretora informa que a perícia tem prazo
158 legal para ser implantada, sendo este em julho de 2012, salienta que hoje o principal entrave é o
159 espaço físico aonde irá se desenvolver o trabalho, principalmente em razão das exigências da
160 Vigilância Sanitária. Quanto à aposentadoria especial tem em torno de 60 mandados de injunção,
161 que todos estão pendentes do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) da Secretaria Municipal
162 da Saúde, e estamos cumprindo o Decreto que disciplina a matéria, ressalta que os médicos do
163 Departamento estão preparados para fazer a análise do tempo especial baseados nos dados que
164 serão informados pela SMS”. O conselheiro Ricardo parabeniza a Diretora e questiona sobre o
165 curso de preparação para aposentadoria quanto ao interesse dos servidores. A conselheira Sueli diz
166 que após informação neste Conselho de que o servidor que veio solicitar sua aposentadoria teve
167 informação de que deveria trocar sua certidão de tempo de serviço por tempo de contribuição,
168 sugeriu que o Departamento orientasse as Secretarias que usassem o procedimento que é utilizado
169 na SMED, pois entende que é uma questão de gestão e quanto a Lei publicada em 04/04/12 que
170 inclui mais duas letras nas referências questiona se deve ser solicitado pelo servidor aposentado
171 sendo imediatamente respondido que não “as revisões serão todas ex-officio”. “Respondendo ao
172 questionamento do conselheiro Ricardo diz que desde 2010 o Departamento formou uma parceria
173 com a Escola de Gestão da SMA para realizar os cursos e que o retorno dos servidores aos poucos
174 está aumentando, o conselheiro Alexandre Dionello corrobora com a Diretora e diz que ministrou
175 a última palestra e verificou o grande interesse dos servidores. Referindo-se as sugestões da
176 conselheira Sueli, a Diretora diz que na medida do possível realizamos contato com todos os RHs e
177 que o retorno é bom”. O Presidente diz que o Departamento não vê as questões de aposentadoria só
178 para os servidores do executivo, que abrange também os do legislativo, sendo que ambos têm
179 situações diferenciadas e questiona no caso específico em que um grupo de servidores do legislativo
180 teve seus proventos reduzidos em função da retirada de vantagens. “A Diretora diz que eram sete
181 servidores que tiveram excluído de seus proventos a GL e a GIP por questão judicial junto a CMPA
182 e não havia previsão para incorporação da GLEP para estes servidores, em face disto foi alterada
183 a Lei da GLEP prevendo a incorporação e que não há necessidade dos servidores virem ao
184 Departamento para requerer as revisões, porém tem conhecimento de que a maioria dos sete já
185 realizou o requerimento”. O Presidente fala acerca de dois projetos que tramitam na CMPA e que
186 em ambos há proposta de modificações na reestrutura do PREVIMPA e conforme enfatizado pela
187 Diretora, devido as últimas demandas face as novas leis e alterações, há falta de servidores na sua
188 área e questiona se a Diretoria Previdenciária está sendo contemplada e por fim questiona, no que
189 lhe compete, sobre a discrepância dos servidores que se aposentam por invalidez, sendo que
190 atualmente o cálculo dos proventos retroage à data do Laudo e não na data do Ato de
191 Aposentadoria, sendo que em muitas vezes o servidor além de ter seus proventos reduzidos ainda
192 deverá devolver valores aos cofres públicos. A conselheira Fátima questiona que considerando o
193 avanço tecnológico se é possível incluir na L.A.A a exclusão do tempo de trabalho anterior a esta,
194 ou seja, que o servidor que estiver apto a solicitar aposentadoria possa entrar direto em L.A.A sem
195 ter que ficar trinta dias a disposição de sua Secretaria. “Ao responder o questionamento do
196 Presidente a Diretora diz que há proposta de alteração da Lei 478/02, encaminhada pela DG, para
197 que a data de aposentadoria por invalidez passe a ser a data do Ato, porém com a publicação da

198 *EC-70 está se verificando novamente a proposta de alteração; em relação aos projetos que*
 199 *tramitam na CMPA, diz que vários setores estão sendo contemplados, uma vez que hoje no*
 200 *Departamento existem alguns setores na informalidade como ex: Protocolo; RH; Atendimento,*
 201 *além de criar a Equipe de Cadastro na DVP e promover alterações nas unidades entre as Divisões.*
 202 *Quanto à situação da falta de servidores/acúmulo de demandas entende que se deve ao atual*
 203 *momento face ao grande número de revisões de aposentadorias originadas pelas diversas*
 204 *gratificações que foram criadas no Município e em atendimento a EC 70/12. Quanto ao*
 205 *questionamento da conselheira Fátima diz que a L.A.A está prevista na lei orgânica e eventual*
 206 *revisão deverá ser encaminhada por meio de alteração legislativa”. A conselheira Marilena*
 207 *parabeniza a Diretora e pergunta se a revisão para adequação a lei que criou a inclusão das letras*
 208 *“E” e “F” serão feitas pela ordem de tempo de aposentadoria. “A Diretora responde que as revisões*
 209 *não são automáticas, mas todas serão feitas ex-officio, tanto para aposentadoria como para pensão*
 210 *e que os beneficiários não precisarão vir ao Departamento solicitar revisão, para realizar as*
 211 *revisões os processos de aposentadoria são solicitados pela UCRA e a ordem de solicitação é de*
 212 *concessão de benefício, e à medida que chegam à Unidade é realizada a análise”. Tendo em vista o*
 213 *adiantado da hora, o Presidente em nome do colegiado agradece a presença da Diretora que por sua*
 214 *vez também agradece o convite e se coloca a disposição do Colegiado para comparecer em outras*
 215 *oportunidades. Não havendo nenhum outro assunto a ser tratado, o Presidente encerrou a reunião às*
 216 *11h e 56min (onze horas e cinquenta e seis minutos) e determinou que fosse lavrada a presente Ata*
 217 *que vai assinada por mim, Fátima Regina Carlos Saikoski conselheira/secretária de mesa e pelos*
 218 *demais presentes.*

219

220

221

222

223 Pedro Luis da Silva Vargas – Presidente

Fátima Regina Carlos Saikoski - Secretária

224

225

226

227

228 Adelto Rohr

Alexandre da Fontoura Dionello

229

230

231

232

233 Alexandre Salgado Marder

Eduardo Kreuzer

234

235

236

237

238 Eros Miguel Sadowoy Martins

Francisco José Menezes da Silva

239

240

241

242

243 Gilmar Cardozo dos Santos

Marilena Ruschel da Cunha

244

245

246

247		
248	Maris Regina Vieira Honaiser	Marisa Ney Santos de Pinho
249		
250		
251		
252		
253	Pedro Luis Martins	Ricardo Zucareli Pulvirenti
254		
255		
256		
257		
258	Sérgio Luiz Brum	Sueli de Fátima Mousquer
259		
260		
261		
262		
263	João Carlos Carpes da Silva	Silvia Helena Tremarin Seelig
264		
265		
266		
267		
268	Luiz Carlos da Encarnação Pinto	José Marcelino Heck
269		
270		
271		
272		
273	Jorge Luis Loss	Manuel Roberto Escobar
274		
275		
276		
277		